CURADORIA DE CONTEÚDOS: REUNINDO E DISSEMINANDO INFORMAÇÕES RELEVANTES

(Palestra sobre curadoria de conteúdos, proferida no Superior Tribunal de Justiça, em 30 de abril de 2014, no Programa Documentação em Foco.)

MESTRE DE CERIMÔNIAS

Senhoras e senhores, damos início à 11ª Edição do Programa Documentação em Foco, da Secretaria de Documentação do Superior Tribunal de Justiça.

Para compor a mesa convidamos o Secretário de Documentação, Doutor Vilmar Barros de Castro; a Coordenadora da Biblioteca deste Tribunal, Raquel Ribeiro Caetano; o Coordenador de Gestão Documental, Júlio César de Andrade e Souza; o Coordenador de Memória e Cultura, Jaime Cipriani; por último, o Professor, nosso palestrante, Doutor Ailton Luiz Gonçalves Feitosa.

Com a palavra o senhor Secretário de Documentação, Doutor Vilmar

VILMAR BARROS DE CASTRO

Secretário de Documentação do Superior Tribunal de Justiça

Bom dia a todos.

Agradecemos a presença de representantes da Câmara, do TJDF, do TRF da 1ª Região, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público, membros da Magistratura, caso tenha, e demais órgãos citados.

Bem-vindos à 11ª Edição do Programa Documentação em Foco. Na verdade, trata-se de um programa da Secretaria de Documentação, que até a 10ª edição era intitulado como Bibliotemas. Vários de vocês participaram das edições anteriores. Foi uma decisão da Secretaria de Documentação, em parceria com todas as Coordenadorias, ampliar o escopo do programa, envolvendo, objetiva e tacitamente, todas as Coordenadorias: a Coordenadoria de Biblioteca, de Gestão Documental e da Área de Memória e Cultura;

basicamente os pilares da área da Ciência da Informação: arquivologia, biblioteconomia e museologia.

O objetivo do programa é contribuir para ampliar os conhecimentos profissionais da área de informação sobre temas atuais e relevantes não só do STJ, mas de relevância também para todos os demais órgãos que estão aqui participando, que contribuem para o aperfeiçoamento e a criação de novos temas para a produção e o serviço de suas respectivas instituições.

Sabemos que o cenário atual é marcado pelo excesso da informação. Na verdade, desde a formação profissional de vocês ouve-se este tema: o volume crescente de informação e o crescimento exponencial do quantitativo de informação produzida pelas instituições. Temos observado isso na nossa vida pessoal, principalmente com os *smartphones* e com os *tablets.* Sabemos que já foi o tempo em que se conseguia organizar muito bem o nosso álbum de fotos, nossas participações em grupos; hoje em dia com o *WhatsApp*, com o *ChatON*, com o *Instagram*, com o Facebook. É muito difícil você saber onde está uma determinada informação; ela está pulverizada. Muitas vezes você demora mais tempo para encontrar uma informação que precisa, mesmo tendo todos esses instrumentos a sua disposição. Encontra-se o início de *iceberg* de uma informação que se está precisando, mas a essência da informação acaba não sendo encontrada naquele momento em que ela foi demandada.

Nesse contexto, o profissional da informação precisa assumir o papel de curador de conteúdos. Para isso são exigidas novas habilidades e ferramentas que favoreçam a seleção, a organização e a disseminação.

Esta palestra, então, pretende apresentar uma visão geral sobre o tema Curadoria de Conteúdos, abordando os seguintes aspectos: As Origens do Tema; Precursores; Características do Método; Possíveis Aplicações no Âmbito Jurídico e Ferramentas de Apoio.

Nesse sentido, agradecemos ao Doutor Ailton Feitosa por ter aceitado o convite do STJ para ministrar esta palestra. Obrigado Doutor Ailton. Obrigado também aos demais participantes.

Desejo a todos um bom evento.

MESTRE DE CERIMÔNIAS

Neste momento, então, a mesa será desfeita e daremos prosseguimento à palestra.

O palestrante de hoje, Doutor Ailton Gonçalves Feitosa, é Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília; especialista em Análise de Sistemas da Escola Nacional de Administração Pública, ENAP; autor do livro “Organização da Informação na *Web*: das *Tags* à *Web* Semântica”, publicado pela Thesaurus Editora. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: Arquitetura da Informação; Modelagem de Processo de Negócio; Arquitetura de *Software*; Gerenciamento do Processo de Negócio; Mecanismo de Busca na *Web*; Recuperação da Informação, Representação de Conhecimento, Terminologia e Indexação na *Web.* Integra também os seguintes grupos de pesquisa na Faculdade de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília: Bibliotecas Digitais (BD), Informação, *Design* e Usabilidade.

Após a explanação do Professor, haverá um espaço também para perguntas.

Com a palavra o Doutor Ailton Luiz Gonçalves Feitosa.

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Obrigado.

Sempre prefiro falar de pé, sinto-me mais à vontade. Então, com licença.

Bom dia a todos.

Quero agradecer pelo convite, pela presença de vocês todos aqui. É sempre muito agradável conversarmos sobre os temas em que militamos em termos de pesquisa. E esse será, com certeza, mais um desses momentos em que poderemos discutir um pouco de visões que trazemos e aprender também com vocês a partir das visões e das vivências que vocês têm no seu dia a dia

de trabalho, no seu dia a dia de estudos, quem estuda ou quem pesquisa, e no seu dia a dia também, até de gestão das informações pessoais.

Nosso tema é Curadoria de Conteúdos. Foi uma provocação que veio do Tribunal, colocando o subtítulo: Reunido e Disseminando Informações Relevantes, que realmente é uma tarefa bastante árdua nos dias atuais, exatamente em função da quantidade enorme de informações que dispomos no ambiente digital.

Vamos falar um pouco sobre a nossa agenda, vamos discutir um pouquinho nos próximos minutos sobre as origens desse tema, os precursores do tema, características do método de curadoria, possíveis aplicações desse método no âmbito jurídico e ferramentas.

Falando sobre a questão das origens, não podemos nos furtar em falar sobre alguns conceitos relevantes e fundamentais da área de Ciência da Informação, que são exatamente aqueles colocados: dado, informação e conhecimento. Para que possamos falar um pouco em curadoria, temos que talvez resgatar essas definições para ficarmos um pouco mais à vontade com relação à questão dessa gestão.

Dado: é a menor representação convencional, feito em formato de código ou não, de uma determinada informação. Por exemplo, o nome de uma pessoa ou então o número de um documento, enfim, o número de um processo, já que estamos falando no âmbito jurídico.

Informação: é o registro daquele conhecimento para uma utilização posterior. Por exemplo, quando fizemos essa pesquisa, relacionada com curadoria de conteúdos, na verdade, pegamos documentos que têm informação registrada, que representa o conhecimento de alguém que foi ali transposto, que, em geral, algumas áreas da administração gostam de chamar de conhecimento explícito.

Conhecimento: é o resultado do ato de conhecer; é o ato pelo qual a pessoa apreende o conceito de um determinado objeto, seja ele um objeto material, como uma cadeira, como esse microfone que tenho nas mãos, como aquela câmera de TV, ou, então, um objeto, por exemplo, esse conceito de curadoria, que é um objeto subjetivo.

Documento: já que estamos falando em objeto, documento é um objeto. O que esse objeto possui? Ele fornece ou um dado ou uma informação ou

ambos e possui características físicas. Por exemplo, um suporte, é um documento em papel, é um documento em CD, é um documento armazenado em HD, é uma fita? Ele possui um tamanho, um peso, forma de produção, foi feito por meio de uma gravação sonora ou por meio da digitação, em tempos remotos, por meio da datilografia. Ele teve uma forma de produção e outras características físicas que queiramos elencar. O documento também possui características intelectuais. Por exemplo, seu objetivo: por que aquele documento foi feito? Um grau de elaboração: se é um documento que foi elaborado por um autor, como, por exemplo, um livro, que, na área da Ciência da Informação, chamamos de documento primário, uma obra original que alguém escreveu, embora baseada em pesquisas, e dali surgiu um novo documento com ideias compiladas ou novas ideias.

Um documento secundário é um documento que descreve um documento primário. Por exemplo, antigamente, na década de 80 até um pedacinho da década de 90, íamos até a biblioteca e consultávamos o catálogo. Puxávamos a gaveta, tinha aquelas fichas e consultávamos o catálogo. Então, ali era uma informação secundária. A partir daquele catálogo você tinha informações a respeito de outros documentos, que são os livros, documentos primários.

Um documento terciário reúne, condensa informação a partir de um documento primário ou de um documento secundário. Por exemplo, falamos há pouco em livro, vamos supor que você fez uma resenha daquele livro. Você não necessariamente está trazendo uma informação nova, mas está trazendo um novo olhar sobre aquele conhecimento que está registrado naquele documento primário. Além dessas características, o documento possui também, obviamente, a característica principal, que é o conteúdo.

Todos os documentos são produzidos a partir de um ciclo, que, na área da Ciência da Informação, denominamos de ciclo documentário.

Interromperei minha explanação para fazer uma pergunta. Já perguntei para o José Ronaldo e ele informou-me, mas só para eu ter uma noção: temos bibliotecários nessa audiência? Temos museólogos? Não? Arquivistas? E profissionais de outras áreas, que acabam se relacionando com essas? Pessoal de comunicação? Por que estou perguntando isso? É porque, às vezes, dependendo da audiência, passamos mais rápido ou mais devagar com

aquelas noções, porque o ciclo documentário é uma coisa muito estudada durante a graduação, quem fez pós-graduação na área da Ciência da Informação está, como diz o ditado popular, “careca de saber” essa coisa.

Os documentos começam na fase de autoria. Alguém vai escrever um livro, por exemplo, a moça que escreveu o livro de Harry Potter. Começa ali, naquela fase; depois, ela foi publicar o livro por meio de uma editora ou de alguma instituição que fez aquela publicação impressa. A unidade de informação, que somos nós, vai adquirir aquela publicação de algum meio ou ouvirá falar por meio de uma divulgação; vai selecionar; o usuário vai pedir, enfim. A partir dessa aquisição, quando o documento chega a uma unidade de informação, como uma biblioteca, arquivo ou museu, ele tem tratamento intelectual, material. Esse tratamento material é uma representação, um registro, uma catalogação daquele conhecimento que está ali, para que o documento, no futuro, seja armazenado, recuperado. Em seguida, há o tratamento intelectual. É exatamente aí que faremos um alinhamento do assunto que estamos discutindo, que é Curadoria de Conteúdos, com todo o ciclo documentário.

A curadoria tem muita proximidade com a expressão tratamento intelectual. Nesse tratamento intelectual você identifica assunto, em um sistema tradicional de biblioteca, você vai fazer indexação, você vai fazer classificação, resumo, enfim. Em seguida, esse documento é armazenado e disponibilizado. Alguém vai solicitar ou você, como profissional da informação, vai fazer uma pesquisa para recuperar, entregar aquele documento para alguém. Depois da pesquisa, por exemplo, a senhora, a Jennifer Rowley, que escreveu Harry Potter, antes de fazer a história fictícia, provavelmente pesquisou alguma coisa, estudou sobre idade medieval, pesquisou alguma coisa para se inspirar, porque o autor vive não só de inspiração, mas também de transpiração. Naquela fase de pesquisa, ela obteve essas informações por meio de um mecanismo que as unidades de informação dispõem, que é a difusão.

Esse é outro ponto importante relacionado com a curadoria de conteúdos, que é exatamente como você vai disponibilizar essa informação para um autor, um pesquisador, um estudante.

Aí o ciclo volta, começa na autoria e termina na autoria.

Na década de 70, mais ou menos, década de 80, com o advento da imprensa, começamos a ouvir alguns autores falar que houve uma “explosão da informação”. Coloquei o termo entre aspas porque vamos comparar esses dados com o próximo slide. Até 1452 cerca de 30 mil manuscritos continham todo o acervo de conhecimento da humanidade. A partir do ano de 1452, quando Gutenberg inventou a imprensa, imprimiu o primeiro livro, aí essa situação mudou drasticamente. Em 1602, mais ou menos 150 anos depois, saltamos de um universo de 30 mil manuscritos para 1,25 milhão de títulos publicados. A isso se considerou, em função da quantidade enorme, comparando um número com outro, de explosão da informação.

Vamos ver como está a explosão da informação no contexto atual.

Antes de falar sobre essa explosão atual, falaremos sobre como era antes da *Web*. Antes da *Web* o que predominava em termos de disponibilidade de documentos? O papel, o bibliotecário, o profissional de informação, que era intermediário entre o usuário e o pesquisador, o estudante, o magistrado, o servidor público, que precisava daquela informação. Fonte de informação: existiam poucas bases de dados. Publicação era sempre centralizada nas editoras, nas empresas que produziam bases de dados. As formas de difusão: a pessoa ia à biblioteca ou então pedia emprestado; se a biblioteca não tinha, pedia emprestado a outra biblioteca; por meio da circulação das revistas periódicos; por meio de *clipping*, que nada mais é do que uma modalidade muito próxima da curadoria; por meio de fotocópias; por meio de boletins de resumo. Esse era o cenário da informação antes da *Web*. O profissional da informação era o intermediário.

Aí veio a *Web*, em 1992. Quando o Tim Berners-Lee criou a ideia da *Web,* passamos a ter uma estratégica muito diferente de publicação de informação e de acesso. Então, hoje, por exemplo, contamos com cerca de 2,4 bilhões de usuários na internet. Esse é um dado de 2012, porque essa estatística é difícil de ser obtida, mas praticamente um terço da população mundial, hoje, tem acesso às plataformas de internet, se olharmos para aquele número. São 3,4 milhões de registros, ou seja, de *sites* registrados no Brasil. São cerca de 959 milhões de *sites* no mundo inteiro.

Então, o que temos hoje? Pessoas – como disse o Doutor Vilmar – conectadas o dia inteiro. Estou com meu celular aqui no bolso no silencioso

porque toda hora me cai uma mensagem, alguém interagindo comigo. Mesma coisa acontece com vocês. Então, as pessoas estão conectadas o dia inteiro.

Trouxe algo curioso, que vi esses dias no Facebook. A pessoa colocou: não temos wi-fi; conversem entre vocês. Porque o celular é um mal. Às vezes, você vai para o bar e fica ligado nas teclas. É só para ilustrar um pouco que estamos realmente muito ligados em tecnologia.

Com isso temos o quê? Sobrecarga de informação. Fica muito difícil encontrar informação relevante. A informação fica dispersa. Temos muita informação falsa. Temos informação mal escrita. Temos, agora, um agravante que, de alguns anos para cá, tem sido cada vez mais usado, que é o armazenamento em nuvem. Ele é excelente por um lado, mas, por outro, é muito preocupante – falaremos daqui a pouco sobre isso – por causa da questão da preservação.

No início da *Web*, nos anos 90 e até mais ou menos metade dos anos 2000, tínhamos uma profusão de mecanismos de busca, de ferramentas que eram utilizadas para que as pessoas encontrassem a informação. Obviamente elas são marcas e uma marca vai comprando a outra e comprando e comprando. Hoje, você deve ter três ou quatro, no máximo, dessas marcas que realmente gerenciam e são responsáveis pela localização das informações na internet. Mas temos alguns nomes, por exemplo, Cadê? Há alguém que se lembra do Cadê?, tirando o João Lima, que é meu colega de pesquisa, que eu sei que ele conhece isso há muito tempo? Vocês se lembram do Cadê? Era o Google brasileiro dos anos 90. Tínhamos o AltaVista, o Oldweb, enfim, tinha uma série desses que, depois, foram acabando, sendo engolidos pelos grandes *players* como o Google.

Nessa época, em que tínhamos toda essa profusão de mecanismo de busca, uma das estratégias era parecida com a curadoria, que discutiremos daqui a pouquinho, que era aquela de categorização dos diretórios. O Google ainda tem um desse. Alguém aqui conhece o diretório do Google? Já usou? Talvez tenha usado, mas, hoje, até eles escondem. Acho que é tão difícil de manter que, às vezes, para achá-lo no *site* você tem que ficar procurando em qual lugar que está oculto. Essa ideia dos diretórios foi o que fez com que a garotada do *Yahoo* se tornasse rica. Foi um empreendimento sobre o qual pensaram: há um tanto de informação na internet, como vamos organizar para

alguém achar? Vamos criar um diretório – essa ideia é interessante –, organizado por assuntos? E aí veio essa estratégia que, hoje, tem sido pouco usada em função de alguns assuntos que discutiremos mais à frente, mas que acabaremos nos aproveitando dessa ideia agora, em anos futuros, com essa estratégia de curadoria de conteúdos.

Falando um pouco sobre as gerações.

O pessoal de comunicação normalmente tem uma tendência de simplificar o entendimento do usuário. Isso é muito bom para nós, mas, ao mesmo tempo, acaba criando termos novos dos quais temos que nos apropriar. Alguns desses termos são, por exemplo, *Web* 1.0, *Web* 2.0, *Web* 3.0. Às vezes, estamos em um ambiente de pesquisa ou trabalho e não estamos ligados nas terminologias, mas estamos usando as ferramentas e concentrados nas tendências, enfim; aí, às vezes, chega um termo, por exemplo, *Web* 2.0. O que é isso? *Web* 3.0. O que é isso? Acho que é uma estratégia interessante, provocativa para a sociedade e que vale a pena fazer essa distinção. *Web* 1.0, quando o Berners-Lee imaginou, o que ele queria fazer? Ele tinha documentos que queria que outros lessem, mas não queria mandar aquele documento porque, às vezes, poderia precisar também. Então, o que ele fez? Em um centro de pesquisa de física, criou uma maneira de as pessoas terem acesso ao documento. Poderia compartilhar, mas não precisaria dele se desfazer. Foi aí que inventou o www.

Li no The Guardian há alguns dias uma matéria interessante: 25 coisas que você precisa saber sobre a *Web*. Uma delas dizia que, quando Berners-Lee apresentou o primeiro esboço do projeto do que seria a Web, seu chefe falou que a ideia era interessante, mas que estava muito vaga. Realmente, foi uma ideia que revolucionou. Ela é vaga, a *Web* é vaga, mas, hoje, é uma ideia concreta que fez uma diferença enorme na vida de todas as pessoas.

Então, o que inicialmente ele pensou? Quero manter o documento disponível, a comunicação é quase unidirecional; eu deixo-o aqui e alguém consulta. Depois, veio uma estratégia em que as pessoas podiam interagir não só com o documento, mas entre si. Aí, o pessoal de comunicação ou marketing batizou de *Web* 2.0, quer dizer, você tem o conteúdo independentemente da apresentação, baseado em tecnologia de representação, como, por exemplo, XML ou banco de dados, e as pessoas podem compartilhar. Achou um negócio

interessante? Manda para mim que eu vou mandar para ela, que vai mandar para aquele; enfim, você cria uma rede interminável de compartilhamentos. Este é o cenário atual: compartilhamos tudo, por exemplo, quero tirar uma foto de vocês e mandar para alguém pelo Facebook; tiro a foto e envio. Alguém olhará a foto e, por exemplo, quer marcar o Vilmar, que estava em um evento no STJ. Hoje, você pode interagir; no futuro, o que se espera? Que o significado seja independente da estrutura e que possa haver uma estratégia de co-criação e de busca automática do conteúdo. Talvez isso esteja um pouco longe. Algumas iniciativas já existem e aproximam isso um pouco de nós. Às vezes, sem sentir, vemos o efeito desses estudos, por exemplo, você entra no Google e digita na caixinha a palavra lei, pode aparecer, no texto embaixo, norma, direito, direitos humanos, advogado, tribunal, enfim, em algum momento podem aparecer palavras relacionadas. Isso por quê? Aquela coisa da *Web* semântica está sendo perseguida. A *Web* 3.0, também chamada de *Web* semântica, tem sido perseguida no dia a dia, mesmo que não se perceba muito.

Falando sobre a *Web* 2.0, que é o nosso contexto atual, o que acontece nela? Temos uma profusão de redes sociais – o Doutro Vilmar, na preleção dele, mencionou umas quatro ou cinco, que me lembre –, temos *blogs*, temos ferramentas para que qualquer pessoa possa construir um *site,* temos aplicativos de dispositivos móveis. Isso faz com que algumas informações que são publicadas na internet fiquem ocultas. Essas informações ocultas têm sido chamadas comumente de *Web* invisível ou *Web* profunda. Por exemplo, o pessoal de marketing, que está preocupado com o relacionamento com o cliente, quando verifica a questão da imagem institucional: como está a imagem do STJ na internet? Qual a opinião geral das pessoas a respeito do STJ? Qual a opinião geral das pessoas a respeito da Rede Globo? As pessoas estão postando opiniões o tempo todo no Facebook, no Instagram, no Flicker, no Twitter. Obviamente, que quem se preocupa com a imagem institucional tem que, mais ou menos, monitorar aquilo.

Então, surgiu uma nova área, de seis ou sete anos para cá, chamada de monitoramento de imagem na *Web*, que, às vezes, instituições, inclusive do governo e do Poder Legislativo – não sei se vocês têm aqui –, se preocupam em fazer esse monitoramento. Até o pessoal de comunicação, às vezes, é

apelidado de a “garotada do Facebook” ou de “a garotada do Twitter”, porque essas pessoas estão ali usando ferramentas para ver se estão falando mal ou bem da instituição, de como poderiam dar um retorno para alguém. Então, temos tido esse tipo de situação. E, claro, quanto mais as pessoas publicam informação, mais você precisa de ferramentas que interajam com aquela plataforma. Por exemplo – há alguém usuário do Facebook há mais de 2 anos? –, se você quiser recuperar uma informação publicada em 2011, será que está fácil? Mais ou menos. Pode ser difícil, há o *timeline,* enfim. Vamos criando, na prática, aquela história da *Web* invisível, aonde você vai colocando suas informações, seu álbum de fotografias daquele ano, aquela viagem que fez e que foi divertida. Às vezes, você confia na plataforma. Se em alguma hora ela sumir, der um *crash*, você perde a memória. Temos um problema de preservação digital acontecendo.

Imaginem os documentos daqui do Tribunal sendo armazenados exclusivamente na nuvem, em outros parceiros internacionais ou nacionais, outros computadores, se o computador der um problema, se alguém *hackear*... Por exemplo, eu tive meus dados *hackeados*. Sou assinante de *software* da Adobe. Não sei se vocês lembram que saiu essa informação mais ou menos em agosto do ano passado que *hackers* tinham pegado as informações dos assinantes nos servidores da Adobe. Então, assim, você está com a tua informação na internet e uma hora ela pode sumir ou passar para mãos indesejadas. Há toda essa preocupação que é importante que as instituições tenham.

Essa *Web* invisível pode ser acessível por meio da própria rede social ou de uma base de dados onde ela estiver armazenada, por meio de comunidades, por meio de assinatura ou de sistemas inteligentes. Por exemplo, nessa área que eu falei para vocês, sobre o monitoramento de imagem, temos algumas ferramentas. Há, inclusive, ferramentas brasileiras, que são muito interessantes, desenvolvidos no Rio Grande do Sul, que é o *Sapic,* o *Seekers,* que foi desenvolvido por um pessoal de uma empresa do Paraná, enfim, há várias iniciativas. O objetivo é tentar ler o que está dentro do Facebook ou dentro do Twitter ou dentro de qualquer outro MSN, em outra rede social qualquer para fazer com que essa informação tenha utilidade.

Então, é isso que vivemos nesse contexto da *Web* 2.0. Todos reconhecem essas marcas?

Quem já publicou alguma coisa no *Dropbox*? De vez em quando temos que partilhar um arquivo. Quem já viu um vídeo no *Youtub*, por exemplo? Vemos toda hora. Quem já compartilhou dados profissionais na rede *Linkedin*? Várias pessoas. Enfim, esse é nosso contexto.

Nesse contexto futuro que estamos falando, sobre *Web* 3.0, o que se espera? Que os sistemas de buscas sejam evoluídos para outras estratégias, por exemplo, busca por voz. Às vezes, eu odeio isso. Já entraram naqueles sistemas de atendimento ao cliente, por exemplo, a Tam, companhia aérea, está inaugurando um sistema desse de relacionamento. Quando você quer fazer algum tipo de relacionamento com a Tam, liga e perguntam qual é o seu assunto. Às vezes, o computador não consegue te entender. Enfim, está caminhando para isso, uma hora o computador vai entender melhor. Provavelmente teremos estratégias de inteligência artificial, teremos recuperação semântica, teremos estratégia de co-criação.

Nessa W*eb* 3.0, saímos de um caminho em que você disponibilizava a informação, passou para um caminho em que você compartilha a informação, que é nosso momento atual, e estamos passando para outro momento, em que essa informação está viva. Então, a expectativa é que você tenha, por exemplo, crescimento de portais em 3D, representações com avatares. Já tivemos alguns, tipo *a Second Life*. Enfim, há uma série de possibilidades que esperamos obter com essas novas tecnologias aplicadas. Em minha opinião, ainda demora, mas, por certo, vai acontecer.

Esse era um contexto para entendermos sobre o que estamos falando. Por que estamos falando em curadoria de conteúdos? Não daria para falar sobre curadoria sem darmos esse panorama do que era a informação antes da internet, depois da internet e em que ponto estamos hoje.

De onde veio esse termo curadoria? Primeiro, em termo de dicionário, o que é curadoria? É um cargo que alguém exerce ou o poder ou a função de curador. E o que vem a ser esse curador? É o responsável por organizar, manter um acervo e disponibilizar informações que estejam acessíveis para esse acervo. Toda hora alguém faz esse trabalho de curadoria lá no CCBB. Vocês foram ver a exposição que estava no CCBB, chamada de “exposição

das bolinhas”? Eu perdi a “exposição das bolinhas”. Alguém catalogou toda aquela informação para que você, ao chegar lá, tivesse um acesso maior com a obra do artista. Esse papel do curador é exatamente o de recolher, pesquisar, organizar e disponibilizar.

No âmbito da internet, ao que parece, pelas pesquisas que temos feito, Steve Rosembaum, cunhou, criou, no livro dele chamado “Curation Nation” (Nação Curadoria), o termo chamado “curadoria de conteúdos”. O que quer dizer esse termo? Alguns outros autores, entre eles o Macintosh, criaram algumas definições. Trouxe só três definições para a não nos alongar muito também nisso.

Curadoria de conteúdos é o quê? Adição de conteúdos que são pré-selecionados, são marcados, algo que o arquivista, o museólogo conhecem bem, que indicam referências para artigos, para *sites,* para fotos, para arquivos sonoros, *podcasts*, arquivos de vídeos. Essas referências são colocadas em um *site* ou em qualquer outro recurso que esteja disponível para a comunicação por via eletrônica. Por exemplo, alguém pode desenvolver um aplicativo que permite que você, no *tablet*, faça uma publicação e que outra pessoa possa se beneficiar dessa informação que você compartilhou.

Outro autor: curadoria de conteúdos é um processo pelo qual alguém peneira – peguei literalmente o termo usado – ou filtra as informações e, em seguida, apresenta para alguém para uma audiência. Esses caras são de *marketing*. O autor faz questão de mencionar que essa é uma estratégia também de *marketing*.

Agora, a definição mais confortável, que fez mais sentido para mim é a do próprio Rosembaum. Curadoria refere-se à seleção, à organização, à apresentação e à evolução. Os computadores normalmente, lembrando daquelas logomarcas dos sistemas de busca, que mostrei para vocês há alguns *slides*, vão lá, tentam buscar informação e trazer para você; ele agrega, mas às vezes, ele não é capaz de trazer o conteúdo representado ali. O que Rosembaum fez questão de colocar na definição dele? Enquanto os computadores agregam conteúdo, informações em qualquer formato ou dados, essa informação, sem curadoria, é uma pilha de coisas. Pode ser que seja relevante para você ou não. Precisa de uma organização qualitativa. Aí onde entra o papel do profissional da informação.

Quero relevar aqui que não é só o profissional da informação, mas, hoje, qualquer pessoa. Você faz curadoria de conteúdos sem sentir. Por exemplo, há um *site* que adoro, na internet, que é *Gruposhark.com*, um *site* de música. Sempre trabalho ouvindo música, é o dia inteiro. Todo momento que eu posso, escuto música. Alguém conhece esse *site?* Como funciona? Você entra no *site*, busca a música...

PARTICIPANTE

(INAUDÍVEL)

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Esse *site* é muito bom, porque você pode ouvir a música sem precisar baixá-la, é como se fosse uma rádio onde você pode criar suas *playlist.* Por exemplo, se eu crio minha *playlist* – sou eclético: tenho playlist de rádio, de rock, de brega, de sertanejo, de música clássica, de tudo, porque música, para mim, é algo que me transcende muito –, posso compartilhar com qualquer um; naquele momento em que selecionei, por exemplo, Altemar Dutra e coloquei em uma lista chamada Altemar Dutra, acabei de fazer uma curadoria de conteúdos. Selecionei uma informação, que é sonora, é música, coloquei em uma pasta e alguém poderá usar; do mesmo jeito que Pink Floyd ou Kansas ou qualquer outra banda de rock.

“Falando Sobre os Precursores”. Esse livro é interessante, é recomendável, vale a pena. Quem tiver interessado, há versões para *Kindle*, na Amazon. Sai barato. Três livros dos que vou mostrar custam R$ 40,00 (quarenta reais). A Amazon tem o *click on,* compra-se com um *click;* você compra e baixa direto. Há versão do *Kindle* para PC, para Mac, não só para os dispositivos móveis. Nesse livro, o autor fala que o primeiro precursor dessa história, claro que na visão dele...

PARTICIPANTE

(INAUDÍVEL)

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Mais um aspecto importante sobre a utilização das redes sociais, no âmbito institucional público. Muito boa essa contribuição de vocês.

PARTICIPANTE

Achei interessante sua apresentação. Gostaria de compartilhar com os colegas a questão da importância da pesquisa, da contextualização e do compartilhamento, que, basicamente, seriam as três etapas da curadoria. Muitas vezes, quando falamos em curadoria, algumas pessoas têm a leve intenção de achar que é simplesmente você compartilhar todo o conteúdo ou simplesmente você ficar divulgando tudo aquilo que acha que seja relevante. E não é. Na verdade, a ênfase é justamente essa: você fazer um filtro, pesquisar, identificar qual o público alvo, identificar quais são seus parceiros, contextualizar aquela informação para saber se ela é relevante, para quem vai receber aquela informação. É meio que também fazer o trabalho de empatia, de *marketing, s*aber se aquilo que você vai divulgar ou que você vai noticiar é interessante e compartilhar efetivamente.

PARTICIPANTE

(INAUDÍVEL)

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Perfeito. Acho que a sua interpretação está perfeita. É exatamente isso. A preocupação é que esse curador não é só um publicador, porque publicador o *site* já é, onde qualquer um que quiser postar uma informação lá, sem filtro, sem nada, vai constar. Então, o papel dessa pessoa é fazer o que chamamos de disseminação seletiva, que é você se especializar em um assunto, por exemplo, adoro ciclismo, leio tudo sobre ciclismo, sobre a indústria, sobre

marketing, sobre competições, sobre tudo o que for legislação, quero colocar no meu *wix* ou no meu *site* ou em um repositório qualquer que você escolher, usando a ferramenta que você quiser; se quiser desenvolver, você pode; se quiser usar uma ferramenta, que nem é, por exemplo, uma daquelas que citamos, mas vou usar o (...) para fazer um *site* e nesse *site* eu quero fazer isso. Você pode atuar como esse curador de conteúdos, especialista no assunto, divulgando informação relevante para aquelas pessoas que são seu público-alvo. Acho perfeito.

PARTICIPANTE

(INAUDÍVEL)

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Essa pergunta é complexa. Você está falando em âmbito público. Daí, quando se fala em âmbito público, dos que são públicos, você tem, por exemplo, Empresa Brasileira de Notícias, o trabalho deles é fazer a publicação de notícias.

PARTICIPANTE

(INAUDÍVEL)

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Eu não sei. É um pouco desconfortável dizer, porque, quando falo curadoria, tenho que conhecer o processo. Lembram que falei o que era processo? Então, temos que saber como a pessoa coleta as informações, como que ele organiza, quais são os nichos em que ele divide. Particularmente não conheço o processo assim de perto. Entendeu? Você pode ter um bom *site,* com informações legais, relevantes, mas que não usa esse processo. Entendeu? Por exemplo, um *site* que ficou péssimo depois da reforma que eles

fizeram é o *site* do portal Terra. Ficou horrível. Eles mudaram a plataforma e ficou mais desorganizado do que era antes. Acho que ficou muito ruim.

PARTICIPANTE

Meu nome é Beatriz, sou do TCU. Temos feito um trabalho agora, que, na verdade, começou em 2011, mas, como sabemos, os trabalhos na área de informação são feitos antes nos bastidores, depois é que começam a frutificar.

Estamos construindo, no TCU, uma *week* interna, não é uma *week* de acesso público, mas estamos conseguindo um trabalho muito bom, reunindo o tripé do pessoal da tecnologia, com o pessoal da informação e com o pessoal da área de negócio.

Uma coisa que achei muito interessante na sua palestra é que, na verdade, qualquer um de nós, não exatamente um profissional da informação, pode ser operador de conteúdos e percebemos realmente, cada vez mais rapidamente, que é isso mesmo. Então, ali dentro estamos tentando pegar. É preciso ter alguém que entenda de informação, cada vez mais você terá mais gente entendendo disso, porque está fácil, está na *Web* e cada vez mais as pessoas tornam-se autodidatas, o Google está aí, e, ao mesmo tempo, você tem que ter quem entende de TI e quem entende daquela área de negócio. Às vezes, você vai fundir esses profissionais em um só ou não. No momento, graças a Deus, não temos esse profissional inteiro, estamos com o tripé.

A *week* do TCU, a *week* interna, eu diria que está sendo um bom exemplo de uma curadoria de conteúdo público, disseminado internamente; a *week* do TCU não está pública, porque estamos colocando um conteúdo ali dentro para ser disseminado internamente; a gestão do conteúdo é interna. Aí exatamente você escapa um pouco, como ela é um instrumento fácil de você lidar, de ter que pedir uma solução de TI, não, você pega uma pessoa de uma área específica, que domina o conteúdo, você pega pessoal de informação e a própria ferramenta.

Se você quiser conhecer, estamos à disposição.

JOSÉ RONALDO VIEIRA

Chefe da Seção de Biblioteca Digital

Ailton, pensando sobre a questão da Biblioteca do STJ, sobre o que estamos fazendo e das pesquisas que estão sendo feitas recentemente, percebemos, cada vez mais, um nível maior de especificidade no pedido. Às vezes, não encontramos material para fornecer em âmbito de artigo, mas em âmbito de parte. Às vezes, temos que ler a obra, porque não encontramos no sistema de pesquisa e verificamos que aquele parágrafo atende àquele pedido. Então, acho que nosso diferencial, considerando, como você colocou, que qualquer pessoa pode ser curador, que nossos usuários são cada vez mais específicos, o diferencial do bibliotecário, hoje, e de outro profissional de informação é tentar garimpar conteúdos e apresentar de uma forma que consiga atender essas especificidades dos usuários de uma forma rápida e antecipar também essa necessidade.

Em alguns documentos que li, o termo seleção, como foi usado para curadoria, entendo que deveria ser usado como termo garimpar. Na verdade, você consegue ver ali o que realmente atenda àquela necessidade. Temos, por exemplo, alguns pedidos: “quero a interpretação desse artigo, dessa lei”, e às vezes, não encontramos no âmbito de artigos e temos que buscar dentro de alguns livros, de alguns capítulos e marcar a página para o pesquisador. Então, acho que nosso diferencial em relação a outros profissionais está em relação a isto: selecionar conteúdo, garimpar, para atender essas necessidades de informações cada vez mais específicas. E, claro, dar um sentido a isso, na verdade, produzir um material, por exemplo: “sobre a interpretação desse artigo tenho tais tópicos que foram publicados nesses documentos”.

Acho que é por aí. Na verdade, temos que caminhar nesse sentido para que possamos atender as necessidades presentes e futuras dos nossos usuários.

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Alguém quer comentar?

PARTICIPANTE

Concordo plenamente com o Ronaldo, que existe um diferencial no trabalho feito pelo profissional da informação em relação aos outros, embora, óbvio, que uma pessoa da área de negócio que entenda profundamente daquilo que a instituição faz seja muito relevante, há a questão da taxonomia, entendeu? Quando você tem um interesse focado, igual ao exemplo que você deu do Vilmar, só bicicleta, só ciclismo – estou diminuindo o negócio dele; aliás, aeromodelismo não é esporte, mas brinquedo de criança grande –, já trabalhamos com isso há muito tempo. Estava falando com minha coleguinha, que é testemunha ocular da história como eu, que há 30 anos eu trabalhava, e a irmã dela também, no serviço de SDI com 3.200 usuários, que não contarei a vocês como é que era feito sem a tecnologia de hoje senão vocês choram.

Nós, profissionais da informação, precisamos agregar, quando estamos trabalhando em uma área bem ampla, a questão da taxonomia, porque senão nem você conseguirá, se fizer sozinho, ter coerência na teg que você colocou hoje e na que você vai colocar amanhã. Então, esse é um diferencial que eu acho relevante. O que você acha?

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Concordo com vocês. Franquearei a palavra à participante antes de me manifestar.

PARTICIPANTE

Acho que a Neide tocou em um ponto importantíssimo. Esse trabalho que comentei, que estamos fazendo no TCU e que está frutificando agora, tem exatamente a ver com taxonomia. Finalmente conseguimos passar a ideia. O TCU lida com tudo; o ramo de especialização do TCU é controle externo, são as finanças públicas sob a ótica, enfim, de tudo; o TCU fiscaliza tudo. E estamos desenvolvendo um tesauro, um vocabulário o qual chamamos de VCE, conseguimos batizar ele agora, está sendo adotado na jurisprudência do Tribunal, na área de notícias, que é a Secretaria de Comunicação, e foi baseado no VCE que a *week* saiu, porque havia uma ideia de *week* e a coisa

estava meio caótica; de repente, quando se viu uma massa de dados de mais de 4 mil termos estruturados, a partir dali, a *week* começou a sair, ela foi construída e foi feita em cima do VCE. Foi realmente graças a um instrumento de taxonomia, desenvolvido por uma equipe de profissionais da informação, que conseguimos sair.

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Concordo com vocês. Acho que acabamos de vivenciar aqui, nessas três interlocuções finais, não finais – final parece que eu quero acabar, mas quero conversar mais –, mas nessas últimas três interlocuções observei que temos uma preocupação do profissional de informação relacionada com: não é só aquele profissional, mas cada pessoa pode ser um curador? Pode, mas depende do objetivo. Por exemplo, se o objetivo é institucional, ótimo, tenho tido contato com alguns textos legais e, às vezes, o texto não tem, na essência, aquilo que o pesquisador precisa no momento. A pessoa estava dirigindo uma ambulância e atropelou alguém. Qual o crime que ele cometeu ali, se estava dirigindo a ambulância para socorrer alguém? Naquela informação textual que você vai consultar há essências, princípios que não estão colocados. E se a pessoa é menos experiente na organização da informação? Porque o bibliotecário, o arquivista, o museólogo, profissionais de informação, que receberam essa formação acadêmica nessas técnicas que são desenvolvidas, nessas áreas de conhecimento, são pessoas que, no mínimo, em 4 anos de graduação, ficaram treinando estratégias para encontrar a informação, para representar a informação; fora isso, mais alguns anos de experiência no trabalho, no dia a dia, consertando aquilo que tinha visto na graduação ou na pós; outra forma de vivenciar isso ou de organizar; outra leitura que faço sobre aquela metodologia que eu usava. Você vai acumulando experiência que, ao longo do tempo, transforma você em uma pessoa com diferencial. Ele pode ser um diferencial dependendo do âmbito em que você está. Por exemplo, se minha intenção é fazer uma coleção de artigos de revista, como foi o caso do Wallace, da revista Seleções, filtra-se alguma coisa que se acha interessante e publica-se para consumo amplo e geral, ou, se é uma informação específica

dentro de uma instituição, de um âmbito específico, por exemplo, meu usuário é especializado e precisa que eu entregue para ele o melhor documento, nesse papel de curador, realmente essas características do profissional da informação, que recebeu essa informação específica, fazem toda a diferença.

Quando disse, na apresentação de um dos *slides* anteriores, possíveis soluções, criar o processo é institucionalizar o processo como um processo organizacional, não é apenas incumbir uma pessoa, incumbir o bibliotecário a fazer isso. Apesar de toda a formação, treinamento e experiência, ele não será suficiente para responder a essa demanda. Por quê? É necessário um trabalho de equipe. Acredito mais no caso, por exemplo, institucional, como é o caso de vocês, em uma unidade de curadoria do que em um profissional responsável por curadoria.

Quando você pessoaliza, você tem limitações: de conhecimento, de tempo, uma série de limitações. Mas se você institucionaliza, cria um processo de trabalho com várias pessoas, com vários conhecimentos envolvidos, acho que, aí, sim, você tem mais efetividade.

PARTICIPANTE

Bom dia. Meu nome é Ernani.

Estava ouvindo sua palestra e fazendo algumas reflexões. Vi que você deu uma palestra de caráter mais genérico, deu alguns exemplos de aplicação em biblioteca jurídica, até porque estamos no STJ, e estive pensando: várias bibliotecas oferecem produtos e serviços, oriundos dessa curadoria de conteúdos, bibliografias temáticas, serviço de RSS, DSI, seleciona notícias de jornais, tudo isso para o usuário. Só que vejo – não sei se estou sendo pessimista – que isso não atinge o usuário. Acho que há pouca demanda do usuário por esse tipo de trabalho, que é um árduo trabalho, para se oferecer esses produtos e serviços e não há um impacto tão grande no usuário. A colega perguntou se há um exemplo de curadoria. O exemplo que vejo, que é de muito sucesso com curadoria de conteúdos são os blogs especializados. Por exemplo, somos a maioria da área da ciência da informação. Acho que todos leem o blog do Kuramoto, blog do Professor Murilo, o Bibliotecário Sem

Fronteiras. Acho que essas são iniciativas de sucesso. Em outras áreas: moda, gastronomia, jurídica, o pessoal ganha muito dinheiro com blog. Então, vejo que é uma iniciativa de curadoria de muito sucesso, mas blogs especializados, claro, quando se está falando em curadoria, pelo que entendi.

Gostaria de perguntar, diante do que expus, se você concorda comigo que esses produtos e serviços de biblioteca são subutilizados; não sei o porquê disso, se é falta de marketing, se o usuário prefere utilizar-se da expertise do bibliotecário na busca da informação, enfim, é uma indagação que eu fiquei em suspense.

Obrigado.

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Ernani, acho que abordamos um pouco esse tema quando comentei sobre como era a informação antes da Web e depois da Web. Antes da Web você tinha o bibliotecário como sendo aquela pessoa que, para o usuário ter acesso à informação, tinha que ir à biblioteca, a não ser que tivesse muito dinheiro para assinar uma base de dados. Mas se preciso de uma informação, sentarei no terminal da biblioteca e pesquisarei. Se estou com dúvidas, chamo o bibliotecário, que vem e ajuda, ensina as estratégias de busca, aquela pessoa está ali para te apoiar. Quando a Web veio, temos hoje alta publicação. Se você quiser pegar esse assunto de curadoria de conteúdos, sistematizar e publicar amanhã o livro, você faz isso; vai à biblioteca, se registra, para não ter problema de direito autoral, como o Walter mencionou, vai à Biblioteca Nacional, cria o ISBN, pega seu livro e submete para a Amazon ou submete para a Apple. Aí você terá o livro publicado, não precisa de editor, de marketing, de nada, só vai tomar uma decisão: se o meu livro custar R$ 5,00, ganharei uma porcentagem de 75%; se ele custar menos que R$ 5,00, vou ganhar “X” por cento. É isso.

Então, hoje, com essas facilidades tecnológicas, o que acabou acontecendo? As pessoas publicam do bolso. Se a pessoa achar bom, escreve

alguma coisa e coloca no seu blog. Então, não depende mais da editora. Como não depende da editora, essa cadeia de produção foi quebrada. Assim, cada pessoa pública o que quiser, onde quiser, no tempo que quiser. Aí, isso acaba refletindo na nossa área de informação também, porque é mais fácil a pessoa, ao invés de fazer uma demanda para o Ernani, tentar encontrar no Google. Às vezes, nem sabe que a biblioteca... Também há um pouco de preconceito histórico contra algumas profissões, por exemplo, de bibliotecário, sabemos haver esse preconceito. A pessoa quando imagina a biblioteca ele imagina alguém nerd, que adora ler e que entende de livros e números e que faz psiu. É isso. Inclusive há um autor que falou isso no livro dele – é o segundo livro que coloquei ali –, de quem não se lembrava da bibliotecária que fazia psiu.

Há um pouco essa coisa do preconceito; há também a desinformação. As pessoas imaginam que o cara que é bibliotecário não tem esse preparo, porque não acompanha como é a formação acadêmica desse profissional e, às vezes, seja talvez a falta de *marketing*, talvez a falta de você ser proativo e se lançar.

PARTICIPANTE

(INAUDÍVEL)

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Talvez não seja só nessa direção, talvez essa seja uma visão um pouco pessimista até, de qual é o resultado institucional do trabalho de vocês como bibliotecários. Aposto mais na questão do desconhecimento do usuário final, porque a pessoa pensa: por que vou esperar a biblioteca se eu tenho meu celular e posso fazer pesquisa nele, no *tablet* ou no computador?

PARTICIPANTE

(INAUDÍVEL)

JOSÉ RONALDO VIEIRA

Chefe da Seção de Biblioteca Digital

Eu vejo essa questão da subutilização dos produtos das bibliotecas, com relação ao que a Neide falou, da necessidade, que o foco mudou. Na verdade, o foco agora é a personalização, é você conseguir atender os diferentes públicos, que têm interesses distintos. Para enfatizar isso, vou dar um exemplo aqui do STJ – sou meio suspeito para falar, mas vou ter que falar –, é o seguinte, temos um serviço de DSI aqui no STJ, de divulgação de artigos e livros que a Biblioteca recém-adquire, e que o usuário se cadastra na área de interesse dele, por exemplo, se ele se cadastrou em Direito Penal, ele só vai receber a divulgação de publicações de Direito Penal. Esse serviço é muito utilizado aqui no STJ. Posso dizer isso porque já fizemos pesquisa para saber se realmente os gabinetes estava usando e verificamos que todos os gabinetes têm pessoas cadastradas e que, realmente, há muitos pedidos. Quando não consegue acessar a íntegra por e-mail, solicita para a Biblioteca. Alguns Ministros que se aposentam entram em contato com a Biblioteca querendo receber, mas, na verdade, por questão de permissão, não conseguem mais se cadastrar no DSI. Então, vejo que essa questão da personalização é no que devemos focar. Vemos hoje no supermercado, por exemplo, Coca-Cola de diferentes tamanhos para atender as diferentes necessidades. Se comprarmos um pacote de biscoito também há diferentes tamanhos. Então, mercado é isso: conseguirmos oferecer informação específica para usuário específico; não dá para termos uma visão mais generalista, de querer divulgar tudo o que a Biblioteca comprou, divulgar todos os artigos que a Biblioteca comprou, todos os livros e periódicos. Acho que está aí o ponto no qual realmente devemos focar.

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Eu acho também, respondendo essa questão da estratégia de *marketing*, que, como a maior parte das pessoas dessa audiência trabalhem em instituições públicas, a palavra *marketing* fica meio estranha, porque temos um serviço a prestar, mas acredito que você tem que investir no relacionamento de entregar para a pessoa certa a informação que ela necessita. Para que você consiga isso, são canais que você tem que abrir. Então, substituindo a palavra *marketing* por relacionamento, talvez traçar novas estratégias de relacionamento para que você, até nesse processo de criação e institucionalização de uma curadoria, consiga ser mais efetivo.

Outra questão, que eu acho ser importante e que foi bem interessante: a Roberta falando que é da ANEEL e que vocês são do STJ. Se estamos falando em

plataformas de *web* que permite compartilhamento, podemos permitir que as próprias curadorias interajam entre si, utilizando a própria tecnologia. Então, o que faz com que uma rede social seja extremamente bem visitada, com bilhões de posts por dia? Exatamente o fato de que há pessoas interagindo e se relacionando. A partir do momento – em minha opinião – em que você começa a propiciar o relacionamento interinstitucional através dessas estratégias, acho que aí você começa a fortalecer a área e até a mostrar para o usuário leigo – desculpa quem não é da área, mas só para usarmos uma terminologia um pouco mais enfática aqui –, aquele usuário que não entendeu o que a biblioteca faz ou o que o arquivo faz, enfim, o que o museu faz, a partir do movimento sobre as curadorias do serviço público, em que você encontra outra informação, a pessoa passa a ter conhecimento a respeito disso, talvez uma questão de – aqui pensando junto com vocês; uma ideia que me veio agora – como resolver esse problema. É marketing ou é relacionamento? Acho que é relacionamento, mas como fazer com que a pessoa, que não conhece o que fazemos, possa conhecer e, vindo a conhecer, venha a gostar e venha a usar efetivamente? Talvez a própria estratégia esteja no inter-relacionamento das curadorias.

Imagina, por exemplo, você citou o blog do Professor Murilo, que é o meu guru do Departamento de Ciência da Informação, que é uma pessoa que acompanho direto, ele é um formador de opinião. Por exemplo, se você tem aqui a curadoria do STJ, que também, a partir do seu processo institucionalizado, passa a formar opinião sobre determinadas temáticas ou da ANEEL, da Roberta, que passa a formar opinião sobre as temáticas no âmbito da energia, ou a do Ernani e elas começam a interagir, posso ter um grande portal das curadorias, vamos supor, e ali cada um tem acesso ao tipo de informação que poderia ser compartilhado. Há o exemplo de João Lima, que saiu, infelizmente, que é um dos líderes desse movimento do LexML, que fez toda a diferença na organização da informação Legislativa, no âmbito do serviço público. E se dessa ideia tirássemos uma ideia de criar outro grupo de trabalho que pensasse em uma curadoria, em uma reunião das curadorias especializadas entre vários órgãos e que você pudesse, a partir de um portal, dar acesso para cada um dos órgãos? Enfim, é um *insite*, uma ideia que estou colocando. Alguém pode contradizer ou sugerir. O que vocês acham disso?

JOSÉ RONALDO VIEIRA

Chefe da Seção de Biblioteca Digital

Há várias bibliotecas muito próximas aqui em Brasília, várias bibliotecas jurídicas com interesses comuns, muitas vezes com públicos com interesses comuns; comentamos na possibilidade da Rede RVBI ter um trabalho nesse sentido de divulgação da informação. Acho que temos pessoas para fazer, há dinheiro e acho que falta, na verdade, vontade, reunir o grupo e trabalhar nesse sentido. Vivemos na época da co-criação, da colaboração. Acho que temos que realmente pensar em criar juntos e fazer as coisas para que tenhamos resultados melhores.

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Não sei nem se a palavra vontade é boa, mas acho que a oportunidade começa a se criar com evento desse tipo, porque deste evento sairemos incomodados. Como resolver esse problema? É marketing? É relacionamento? É rede? O que é? Como resolver? Então, daqui já tivemos algumas ideias, por exemplo, o Ronaldo se lembrou da Rede RVBI. As bibliotecas funcionando em rede e podem discutir o tema da curadoria de conteúdos em rede. Qual seria o resultado disso? Pode ser coisa muito boa.

Mais alguma questão?

PARTICIPANTE

(INAUDÍVEL)

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Perfeito. Só queria fazer uma adição a sua opinião. Dentro da nossa área de Ciência da Informação temos sempre uma grande preocupação de nunca se trabalhar isolado. Essa é uma área naturalmente interdisciplinar. Por exemplo, você acabou de trazer várias contribuições hoje que o elegem – com permissão da palavra – como um dos possíveis formadores de opinião para uma institucionalização desse tema que estamos discutindo aqui hoje. Você trouxe duas visões muito importantes: a questão do direito autoral e essa

questão agora do relacionamento com o cidadão. Outras pessoas devem ter as suas contribuições também; outras não se manifestaram, mas com certeza têm também suas opiniões. Dentro dessa área, só quero lembrar que talvez ela seja capitaneada, como este evento, que é um evento que, coincidentemente ou talvez oportunamente, tenha sido capitaneado pela área da Ciência da Informação, mas com uma preocupação plural, uma preocupação interdisciplinar.

Outro caso, esse Henry Luce, que o Rosenbaum traz, criou a revista Time. A revista Time, segundo o que diz o livro, inicialmente, até 1923, era uma compilação de artigos, não era uma revista que produzia conteúdo per se; não faziam matéria, mas compilavam. Surgiu da ideia do Henry Luce, que começou como uma revista universitária. Ele disse que queria criar uma revista para passar informações para seus colegas na academia. Hoje, temos a Revista Time.

Definitivamente, não sei pronunciar esse nome (Rohit Bhargava), que, provavelmente, é um nome indiano, mas essa pessoa escreveu um artigo no Social Midian, dizendo: “No futuro próximo o conteúdo da *web* vai dobrar a cada três dias”. Já imaginou isso? Falamos em milhões de *sites*; já imaginou esses milhões de *sites* dobrando a cada três dias? É muita coisa. Ele escreveu um texto, uma coluna, chamado “Manifesto do Curador do Conteúdo”. Nesse Manifesto, o que ele trouxe como contribuição mais relevante da opinião dele? Os algoritmos não são tão efetivos no *software,* o mecanismo de busca não é tão efetivo para encontrar informação quanto o operador humano. Então, é necessária uma nova categoria de pessoas, alguém que, com seu trabalho, não vai mais criar conteúdo, mas vai dar sentido para conteúdos, que outras pessoas estiverem criando. Aí você pode falar: como vou encontrar todo esse conteúdo? Não tem jeito. Lembra, para quem é bibliotecário ou arquivista, daquela coisa do acervo especializado? Ou de quem é de outras áreas, por exemplo, de quem é da área de comunicação, não há os jornalistas especialista em um assunto tipo economia, política, esporte? As pessoas vão ter que se especializar para conseguirem fazer com que o trabalho delas de curador de conteúdo tenha relevância e seja útil para alguém.

Outro precursor é esse (...), que também escreveu o livro Segredos da Curadoria de Conteúdos. O Macintosh também escreveu esse Manual da

Curadoria de Conteúdos. É um livro também bem interessante para vocês se aproximarem um pouco mais do tema.

Como funciona esse método da curadoria? Falamos um pouco sobre alguns autores, inclusive há autores que foram citados ali dentro dos livros, e agora vamos falar um pouco sobre as características desse método. Primeiro, é preciso que você identifique um tema, por exemplo, quero falar só sobre esportes. Então, você vai pesquisar, utilizando mecanismo de busca ou, então, pessoas que são influenciadoras de opinião, tipo, seguir um blogueiro que fala só sobre Fórmula 1, ou vou seguir outro jornalista esportivo, enfim. RSS, que é um mecanismo que as instituições de agências de comunicação normalmente disponibilizam para você receber através do seu e-mail a notícia que você assinar de acordo com o tema. Então, essa pessoa vai ter que ter acesso a essas fontes. Ele vai selecionar a informação, depois ele organiza, pública e compartilha; basicamente é isso.

Voltando àquele assunto que falei sobre a música. Procuro na ferramenta onde há mais de um milhão de músicas. Vou lá, procuro o que quero, organizo, crio uma lista e compartilho para alguém. Não fiz um trabalho tão complicado que exigiu os meus quatro anos de formação na Biblioteconomia ou na Arquivologia ou na Museologia.

Quando esse termo “curadoria” foi criado causou certo desconforto, especialmente nos museólogos, porque a pessoa pensa que passou tanto tempo estudando, que há técnicas, que o negócio é complexo e alguém vem e fala que qualquer um pode agora ser curador. Nesse aspecto, pode. Se amenizarmos um pouco, pode. Obviamente, é útil para a sociedade que cada um faça um pouquinho de sua parcela.

Qual o perfil dessa pessoa? Tem que ter interesse por tecnologia; tem que conhecer sobre um assunto, por exemplo, adoro música, adoro esporte, adoro política, economia, gastronomia. Por exemplo: a partir de meses recentes eu me tornei vegetariano; uma complicação na minha vida eu arrumei, embora eu esteja gostando dessa opção, que foi muito filosófica, mas é difícil encontrar informações organizadas de uma maneira rápida na internet a respeito do assunto, tanto do ponto de vista de saúde, quanto do ponto de vista de receita. Alguém que seja curador de conteúdos, que vai organizar

informações para vegetarianos, vai fazer um trabalho muito útil para mim ou para outras pessoas.

Domínio de ferramentas de *software*. Ele tem que dominar as ferramentas que permitem a publicação; ele tem que ter habilidades para compartilhar e tem que ser uma pessoa com dinamismo, porque essas informações acontecem muito rapidamente.

Quais são as ferramentas que você pode usar para publicar? Há várias, *paper.li*, por exemplo, é uma ferramenta para quem gosta muito de internet e quer criar um jornal, fazer seu próprio jornal. Por exemplo, se o Vilmar gosta de aeromodelismo, cria um jornal sobre aeromodelismo, usando aquela ferramenta; vai criar o jornal do Vilmar sobre aeromodelismo.

Bag The Web: também é outra ferramenta que você pode usar: reúne informações, publica e compartilha.

Pinterest: achei bem interessante porque ele é muito visual, é um *pin* junto com a palavra “interesse”. Então, acho alguma coisa, marco e compartilho. Por exemplo, para essa conversa que estamos tendo agora, eu quis pesquisar sobre direitos humanos; aí veio uma reportagem da Veja, uma propagando de ciclo de formação e veio um protesto enorme, horroroso, do pessoal da área de Polícia Civil, falando sobre direitos humanos para quem não sei o que e tal. Assim, você faz a pesquisa, publica e pode ter todo o tipo de opinião divergente. Achei o (...) muito bom, porque você pode pegar vídeos que estão compartilhados nos repositórios, como YouTube, por exemplo, e fazer a organização dele. Por exemplo, Direitos Humanos. Há a TV Justiça, que tem aquele programa “Saber Direito” – não sei se todo mundo conhece aqui –, que é uma série de vídeo-aulas muito interessantes sobre vários aspectos, vários ramos do Direito. Quis trazer especificamente sobre o Direito, por causa do nosso contexto. Você pode criar o seu canal lá. A iniciativa da TV Justiça é fantástica, mas o *site*, talvez pela plataforma que eles usam, particularmente senti certa dificuldade para encontrar material lá; no canal do YouTube todo mundo conhece e sabe que é complexo, que não é toda hora que você acha o que você quer no YouTube. Então, essa ferramenta é muito legal, porque você pode filtrar, a informação está lá no repositório, no YouTube, e aqui você tem um apontamento para ela e compartilha com quem quiser.

Outra ferramenta que você pode usar para publicar, que são os mais tradicionais, são os conhecidos blogs, como, por exemplo, o Wordpress blog ou então o Google Bol, ou os microblogs, como o Twitter e o Tumbir.

Você precisa também de ferramentas para encontrar informação; o Google é o principal, mas você tem, por exemplo, esse SEMrush, que você informa as palavras-chave e ele dá o retorno em forma de palavras-chave, não naqueles *links* com uma descrição sumária, e você vai seguindo, filtrando mais as palavras. É bem interessante.

Hoje em dia você pode publicar o seu *site* sem sofrimento, sem conhecer plataforma, sem nada; assina uma conta do *wix* e o máximo que vai acontecer é você ter que ficar incomodado com as propagandas. Você quer um *site,* mas está cheio de propaganda desse *wix* ou então do Weebly ou CoffeeCup, enfim, mas você pode pegar tua informação ou informação de outra pessoa e publicar facilmente ali. Então, são ferramentas de uso fácil e rápido, que permitem a profusão, compartilhamento.

Há também os famosos gestores de conteúdo. Não sei o que vocês usam aqui no Tribunal. Pelo que eu vi do *site*, vocês vão ter um pouco de queda de braço para conseguir fazer com que a *interface* seja mais... Há alguém da área de TI? Não? É uma pena. Vocês já viram que há algumas dificuldades para recuperação e que características, que são disponíveis facilmente nessas plataformas de Web 2.0, são necessárias para o trabalho hoje. Especificamente no âmbito do serviço público durante um determinado tempo, não sei como está agora, mas acredito que no primeiro governo do Lula existia uma orientação muito forte para a questão da utilização de *software* livre para a implementação de qualquer coisa que se relacionasse com a comunicação nos órgãos públicos. Então, desde o seu portal até a suíte de escritório que você vai usar para escrever um texto, tinha que ser *software* livre. Isso tem custo de treinamento, custo do tempo que você demora em fazer, talvez mais do que em outra plataforma, e há um custo, às vezes, também da comunicação sua com o usuário final. Acho que vale a pena, como vocês têm uma licitação em andamento, se inspirarem um pouco nessas ferramentas que eu mostrei para pensarem no compartilhamento, em funcionalidades que possam ser agregadas à plataforma para favorecer a implementação de uma estratégia dessas de curadoria.

Quais seriam as aplicações aqui com vocês? Na informação jurídica tem-se, basicamente, três pilares, que são: a doutrina, a jurisprudência e a legislação. Mas, além disso, além dessas informações que são emanadas dos poderes, dos autores e dos especialistas, também temos notícias, jornais especializados, enfim, e temos compilações, que são feitas, códigos anotados ou, então, alguém que escreveu uma revista jurídica que aceita artigos. Esse é o tipo de informação que eu imagino que vocês lidam no dia a dia aqui no Tribunal. É interessante que, para uma conjunção entre o tema curadoria de conteúdos e a natureza da informação que vocês tenham, que talvez vocês pensem na viabilização da criação de canais de informação específicos, por exemplo, por ramos do Direito ou por matérias dentro daquele ramo.

O que seriam ferramentas aqui dentro do Tribunal? Não sei. De pronto, na minha experiência, até pelo que já conversamos aqui, não sugeriria que vocês utilizarem as redes sociais para fazerem a curadoria de conteúdos de informações institucionais por dois motivos: um deles é a preservação, aquilo que se falou, de como é que se vai achar a informação que eu coloquei das minhas fotografias de 2010 no Facebook. Se você depende do lado de lá para recuperar, que nem sempre tem ferramentas que são de fácil uso, de efetividade na recuperação, isso já cria certo entrave se você precisar daquela informação em um prazo rápido; a outra é a questão da imagem institucional. Existe, atualmente, uma moda de que todas as instituições precisam ter uma conta no Facebook ou no Twitter para se comunicarem com a população. Às vezes, um mau uso dessa conta, se entra um hacker ou se você falou algo que não devia, isso cria um constrangimento tão maior do que o benefício, que tem que ter uma parcimônia em relação a essa questão. Acho que por essas questões, como por exemplo, a volatilidade da informação, a informação uma hora está disponível; outra, não está. Se há um vídeo no SaberNet que está no YouTube e deu um problema, no Saber Direito, deu um problema no servidor e não temos mais esse vídeo. Mesmo com o uso da tecnologia da rede social é importante que aquele tipo de informação que você precisa de backup você tenha; guarde o backup dessa informação para depois não ficar sem. Temos problema de qualidade das informações, temos problemas de veracidade. Por exemplo, esta semana, um colega postou na linha do tempo dele aquela notícia sobre a garota russa: a garota russa de 13 anos fez um projeto de uma nave

que reduziu de 50 mil anos para 42 anos a possibilidade de navegação interespacial para sair da galáxia. Eu falei: caramba, essa é nerd. Imediatamente, compartilhei. Fiz uma brincadeira e falei que nerd para mim é isto: inteligência em benefício da ciência e, por conseguinte, da sociedade. Depois, visitando o *post,* vi que alguém escreveu lá embaixo que não citaram a fonte da notícia. Aí, pensei: será que eu compartilhei um *hoax*, uma mensagem falsa? Fui procurar e encontrei essa mesma notícia no jornal O Globo, mas sabemos que, às vezes, o jornalista no afã de ser rápido, também comete erros, se não confiar na fonte. Temos esse problema. Até agora estou encafifado com a história da notícia da russa, mas está lá. É a questão do acesso, preservação e da imagem institucional.

Esses são os problemas. Quais seriam as soluções para esses problemas, para vocês terem a possibilidade de fazer curadoria de conteúdo temática do Tribunal? Seleção das fontes, a Biblioteca, provavelmente, tem assinatura de base de dados, de periódicos, que são relevantes nessa área, tanto eletrônicos quanto periódicos impressos, a adequação do sistema de gestão de conteúdo, que é o CMS, que vocês já estão fazendo, já está com a licitação em andamento, de maneira que vocês possam ter todo o tipo de informação: vídeo, áudio, texto, imagem, que o seu usuário da comunicação, jornalista veja uma matéria e um vídeo que a TV fez e queira compartilhar. Então, a ferramenta, quanto mais ela puder ajudar nesse aspecto, é melhor.

Criação de um processo organizacional. Sempre que se cria um serviço – trabalho bastante com consultorias nessa área de desenvolvimento de arquitetura de informação para *sites* e de desenvolvimento de *sites* –, em geral, as pessoas vêm com ideias tipo quero Web 2.0, porque quero modernidade, porque quero isso, quero aquilo e tal. Aí, a pergunta básica que eu faço é? Você tem alguém que vai fazer esse trabalho? Por exemplo, atualmente estou fazendo um *site* para o pessoal da Caixa Seguros. Se quero publicação de eventos, ótimo, porque as pessoas vão poder ter acesso a esses eventos. Mas você tem alguém que vai captar esses eventos, vai olhar os calendários e publicar? Se não tiver, será um problema, porque vai gerar uma expectativa do usuário de que vai ter aquela informação e a informação não estará disponível. Por isso é importante que, além da ideia, você institua um processo de trabalho, um processo organizacional para garantir que a curadoria seja efetiva;

não é só discutir o tema. Se quer fazer, ótimo, mas tem que criar grupos de trabalho, amadurecer, planejar, chamar o pessoal de TI e implementar. Aí, sim, treinamento e difusão dessas estratégias.

Acredito que esse era o último tema.

Há algumas referências, que são as que citei na minha exposição, e algumas referências que deixei ali para todos terem acesso. Desculpem-me por estarem fora das normas da ABNT. Falei com o Zé Ronaldo que vou consertar antes de entregar. Não pode, dentro da área da Ciência da Informação, boicotar a norma da ABNT, é porque, como foram fontes que li, mas não citei, não me preocupei.

Muito obrigado.

Acho que falei mais do que eu esperava, queria ter terminado pouco antes até para interagirmos um pouco, mas estou disponível para perguntas.

PARTICIPANTE

Bom dia, Ailton. Meu nome é Walter, da Secretaria de Gestão de Pessoas. Minha questão é relacionada à ausência, no meu entender, do problema da propriedade da informação. Quando você passa as informações para as mídias sociais, se você não lê as letrinhas em corpo 6, normalmente você está cedendo a propriedade dessa informação para a mídia social. Acho que, no caso, como uma instituição como o STJ, isso é muito problemático. Claro que a informação é pública, a lei da informação garante isso, mas se você abre mão da propriedade dos teus recursos intelectuais de maneira gratuita para um órgão que não te dá uma contrapartida à altura, acho problemático.

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

Concordo plenamente. Talvez eu devesse ter colocado no meu *slide* sobre os problemas essa abordagem da questão do direito autoral. Porque, associada também com aquela questão da falsidade da informação ou do que chamamos de abonação da informação ou falta de abonação, temos ainda

esse problema, que o Walter levantou muito bem aqui. É uma contribuição excelente do ponto de vista de que eu publiquei, mas não autorizei que fosse colocado, na íntegra, em outro *site*. Então, essa é uma questão que é importante que se atenha a ela também.

PARTICIPANTE

(INAUDÍVEL)

AILTON LUIZ GONÇALVES FEITOSA

Palestrante

É uma forma de ver, acho que precisa ser esclarecido qual é a orientação normativa, a orientação legal em relação a essa forma. Particularmente, pensando sobre o aspecto acadêmico, já que você citou estritamente o aspecto acadêmico, se você tem uma instituição do setor público que produziu uma informação, mesmo que tenha pedido a um servidor para fazer uma pesquisa e a retribuição dele é o salário; enfim, ele concordou em fazer aquilo, do ponto de vista, vamos falar assim, da propriedade, uma vez que sou servidor público e recebi uma incumbência para produzir uma informação com o objetivo de difusão, se meu salário é público, aquela informação e aquela tarefa, em tese, também são públicas. Do outro lado, eu sou servidor público, mas utilizei dos meus próprios mecanismos para escrever um assunto sobre um tema público e não quero que ele esteja disponível para todos a não ser com a minha autorização. Daí, temos o outro lado.

Particularmente, eu não havia refletido especificamente sobre essa questão do direito autoral porque, quando fiz minha preparação para essa palestra, não me ative à produção primária da informação, mas, sim, ao profissional atuando como aquele que seleciona e organiza. O que está disponível na internet, em tese, está disponível. O que estou fazendo é selecionando e colocando. Agora, o fato de selecionar e colocar no Tribunal vai trazer algum problema para o Tribunal? Aí é outro fato que temos que checar com o autor. Então, não custa nada talvez você se comunicar com ele, já que publicou, e perguntar se pode publicar no Tribunal.

PARTICIPANTE

Pela Convenção de Viena, o direito patrimonial é do Estado; agora, direito autoral, esse é inalienável.

PARTICIPANTE

Na verdade, não temos uma lei brasileira sobre direito autoral.

(RESTANTE DA PALESTRA INAUDÍVEL)